

Revolução avança na Venezuela



E também é a revolução venezuelana que fez com que os revolucionários se unissem. Na foto acima, plenário do Congresso Mundial da Corrente Marxista Internacional aprova filiação da Esquerda Marxista. Saiba mais no site.

EDITORIAL

“Resolver o problema de milhões de pobres”

O Presidente Lula declarou em um ato na UNE, a respeito das recentes descobertas de petróleo (na área chamada de pré-sal): "É preciso a gente destine uma parte deste dinheiro para que a gente possa resolver o problema da educação neste País. Para que a gente possa resolver o problema de milhões de pobres que estão aí e não deixar na mão de meia dúzia de empresas que acham que o petróleo é delas e vão apenas comercializar".

Foi justamente pra fazer isso que o povo trabalhador brasileiro elegeu Lula. E não pra usar "uma parte deste dinheiro", mas todo o dinheiro. Entretanto, se Lula fizesse isso mesmo, estaria girando sua política 180° em relação ao que vem fazendo nos últimos 6 anos. O Ministro da Fazenda, Mantega, explicou o que Lula quis dizer mesmo: "O Brasil vai fazer

como outros países já fizeram e não vai colocar dentro do país todos os dólares que ele auferir (com o pré-sal)" (site Estadão, 20/08).

Ou seja, enquanto que na Venezuela o governo Chávez estatiza a indústria de cimento e anuncia a estatização de um dos maiores bancos do País, o governo Lula, sob o disfarce de uma "estatual 100%" pretende na verdade investir o dinheiro do petróleo no exterior, retirar da Petrobrás o controle do Pré-sal e deixá-lo nas mãos de empresas privadas! Bela forma de "resolver o problema de milhões de pobres"!

Os preços de alimento e transporte aumentam no mundo todo e fazem reviver o fantasma da fome percorrendo continentes inteiros. Um ex-dirigente do FMI declara que o pior da crise ainda vai vir, enquanto diminuem as construções de novas

casas nos EUA, cai o nível de emprego, aumenta a inflação. A General Motors - a maior empresa industrial do mundo - acumula déficit sobre déficit e está ameaçada de fechar, arrastando centenas de milhares de trabalhadores para o desemprego e a miséria.

No Brasil, o aumento do crédito tem gerado uma demanda interna e feito a economia andar. Apesar disso, enquanto a inflação gira em torno de 6%, o preço dos alimentos sobe em torno de 20% a 30%. Quanto tempo levará até chegar a situação de crise que arrasta a economia dos EUA? No Brasil, enquanto aumenta um pouco o emprego, aumentam muito mais os lucros e sofre o pobre com o aumento do preço dos alimentos.

Em última análise, estes fenômenos só mostram o beco sem saída em que se meteu o capita-

lismo e a necessidade da luta dos trabalhadores para substituí-lo pelo socialismo. A Esquerda Marxista contribui com esta luta, apresentando suas posições e análises, combatendo pela defesa de cada uma das reivindicações dos trabalhadores e se construindo como uma organização sólida de revolucionários. Por isso, na discussão do petróleo do Pré-Sal, batalhamos pela volta do monopólio estatal do petróleo. Por isso apoiamos todas as greves e mobilizações que visam arrancar reajustes salariais compatíveis com o aumento do preço dos alimentos. Por isso, seguimos com a campanha em solidariedade à revolução venezuelana e no combate em defesa dos empregos das fábricas ocupadas no Brasil. Por isso, nossos candidatos nas eleições combatem contra as alianças com os partidos burgueses! Junte-se a nós!

Chávez anuncia nacionalização do Santander

PÁGINAS 8 e 9

PRÉ-SAL

Pela volta do monopólio estatal do petróleo!

PÁGINA 3

TROTSKYSMO

70 anos da fundação da 4ª Internacional

PÁGINA 4

ALERTA

Trabalhadores da FLASKÔ com a faca no pescoço

PÁGINA 5

SINDICAL

O PLENCUT e a capitulação de sua direção

PÁGINAS 6 e 7

ELEIÇÕES

Aonde vai o PT?

PÁGINA 12

JUVENTUDE

Acampamento Nacional aprova fusão da JR com a Esquerda Marxista

ENCARTE ESPECIAL

FÁBRICAS OCUPADAS

A farsa da intervenção judicial

Depois de um ano e meio o interventor nada pagou de INSS

De acordo com a decisão do juiz federal Oziel Francisco de Souza, da Vara de Execuções Fiscais de Joinville-SC, a intervenção federal decretada na Cipla e na Interfibra em 31 de maio de 2007 se impunha para que as contribuições do INSS cobradas em um processo de 1988 fossem pagas através de uma penhora direta no faturamento da empresa.

A realidade é que, de 31 de outubro de 2007 a este mês de agosto de 2008, o interventor Rainoldo Uessler nada pagou do INSS cobrado, o que comprova a farsa da intervenção, medida discriminatória e profundamente determinada por motivos de ordem política, pois a experiência dos trabalhadores à frente das duas fábricas se transformou em um exemplo de resistência e luta.

O que diz o INSS

No processo judicial da intervenção, o procurador da fazenda nacional Vandrê Au-

gusto Búrigo anexou uma petição em 18 de julho último, onde esclarece: “A nomeação do interventor federal deu-se para assegurar o cumprimento de decisão que determinou a penhora de faturamento (...).”

“Nesse passo, à exequente interessa primordialmente o cumprimento da decisão que motivou a intervenção, cumprimento esse que cabe ao interventor atender.”

“Considerando, pois, que os relatórios mensais referem-se a informações alheias (‘saneamento’ da empresa, dificuldades encontradas, providências adotadas, etc.), perdem importância em função da função primordial da intervenção, qual seja o cumprimento da decisão de penhora de faturamento.”

E conclui: “Quanto ao diagnóstico empresarial apresentado pelo Sr. Interventor (fls. 2607) preocupa a Fazenda Nacional o fato de os tributos não estarem sendo regularmente recolhidos, aumentando ainda mais o endividamento da empresa.”

O que diz o juiz sobre essa situação

Sobre essa situação escreve o juiz federal Oziel Francisco de Souza:

“Às fls. 2499-2603 e às fls. 2606-2885 o interventor apresentou os relatórios de diagnóstico empresarial da Interfibra Industrial S/A e da Cipla, respectivamente, atestando que ambas têm condições de recuperação.”

De acordo com a decisão de fls. 285-296, na hipótese de ser possível a recuperação das empresas, o interventor judicial deveria concomitantemente com a entrega do diagnóstico, apresentar a forma de administração das empresas e o esquema de pagamento do débito, o que não fez.

Assim, intime-se o interventor judicial para, no prazo de 15 (quinze) dias, trazer aos autos a forma de administração das empresas e o esquema de pagamento.”

Conclusão

A única conclusão possível de ser pensada é que a inter-

venção judicial na Cipla e na Interfibra foi uma farsa. Se a intervenção foi decretada para que o interventor cumprisse aquela penhora de faturamento do processo, e se depois de um ano e meio isso não foi feito, cabe ao juiz afastar o interventor e devolver as fábricas aos trabalhadores.

Lula, por que te calas?

Depois de mais de um mês do recebimento da sentença proferida no Tribunal Popular, que julgou o Governo Federal culpado pela intervenção judicial na Cipla e Interfibra, o Presidente Lula continua calado.

No dia 9 de julho passado, o Vereador Adilson Mariano, do PT de Joinville, militante da Esquerda Marxista, e Wilson Fufa Pereira, diretor do Sindicato dos Servidores Municipais de Florianópolis, intimaram o Presidente Lula da sentença que julgou o Governo Federal culpado pela intervenção judicial realizada na Cipla e Interfibra.

A intimação foi protocolada no Palácio do Planalto em Brasília, às 18h57min, mesma

oportunidade em que a sentença foi entregue formalmente ao Presidente da Câmara dos Deputados Arlindo Chinaglia, ao Presidente do Senado Garibaldi Alves Filho, ao Presidente da Comissão de Legislação Participativa Adão Preto e, ainda, ao Senador Eduardo Suplicy.

A partir da intimação começou a correr o prazo para que o Governo Lula se manifeste sobre a condenação e sobre o pedido de devolução da Cipla e da Interfibra aos seus trabalhadores, estes que controlaram e administraram as fábricas de 31 de outubro de 2002 a 31 de maio de 2007, data da intervenção federal.

Para os trabalhadores da Cipla e da Interfibra, que ajudaram a eleger e reeleger Lula presidente, aquele em quem depositaram suas esperanças, é inaceitável a continuidade deste silêncio ensurdecedor.

O presidente Lula deve se manifestar sobre a intervenção e devolver as duas fábricas aos trabalhadores. Esta foi a decisão do Tribunal Popular realizada em 4 e 5 de julho.

Lula, por que te calas?

DIREITOS DA MULHER

Licença-maternidade de seis meses!

RENATA A. COSTA

No dia 07/08, um ato-debate ocorrido na Câmara Municipal de Campinas/SP marcou a entrega de mais de mil assinaturas num abaixo-assinado que pede a aprovação de dois projetos de lei que ampliam a licença-maternidade do funcionalismo municipal de 04 para 06 meses.

A licença-maternidade é um direito conquistado pela classe trabalhadora para limitar a exploração da força de

trabalho feminina. Os patrões e o Estado burguês não estão nem aí se as mulheres engravidam ou precisam amamentar, só querem fazê-las trabalhar! Por isso, é preciso defender a estabilidade da trabalhadora grávida e uma licença remunerada para garantir a saúde da mãe e da criança.

A legislação no Brasil concede apenas 120 dias de licença-maternidade, mas o tempo médio de amamentação no Brasil nem chega a isso. A última pesquisa nacional sobre o assunto (de 1999)

revela que as crianças são amamentadas em média 2,5 meses somente, sendo que o tempo mínimo recomendado por órgãos de saúde e especialistas é de seis meses!

Trabalhadoras desprotegidas

Algumas categorias profissionais, em Acordos ou Convenções Coletivas, conseguiram ampliar o benefício, incluir pausas no horário de trabalho para a amamentação e auxílio-creche, mas nada as protegem nacionalmente.

Em 2005, no Senado, foi aprovado um projeto de lei que amplia o direito a seis meses para as servidoras federais e trabalhadoras do setor privado. Recentemente, o Congresso aprovou a peça, que precisa ainda ser sancionada pelo presidente Lula, para entrar em vigor a partir de 2009.

No entanto, o projeto é facultativo e prevê isenções fiscais às empresas que adotarem a medida, para evitar um choque com os patrões, que buscam compensar pelo lado

direito o que poderão perder pelo esquerdo.

Isso mostra que, mesmo uma reivindicação parcial, não será obtida sem luta e que essa luta nos leva a colocar na ordem do dia não só o direito à licença-maternidade, mas também o direito à creche e serviços públicos universais, que atendam a todos gratuitamente. Enfim, o direito a uma sociedade sem explorados e exploradores! Afinal, o capitalismo é incapaz até de garantir o leite materno para os recém-nascidos!

ASSINE **LutadeClasses**

Jornal da Esquerda Marxista
Pela reconstrução da 4ª
Internacional

12 N°s - R\$ 36,00
12 N°s - R\$ 50,00
(solidário)

Peça sua assinatura por carta, telefone ou e-mail.
Rua Tabatinguera, 326 cj.31 - Centro - São Paulo, SP-CEP: 01020-000
Fone: (11)3101-8810 e-mail: contato@marxismo.org.br home: www.marxismo.org.br

A Farsa da “Estatal Pura”

Lula decide entregar o Pré-Sal para exploração privada

O presidente Lula, discursando na sede da UNE, declarou que “não podemos nos dar ao luxo de errar novamente”. Esta frase é significativa. A UNE foi uma das entidades que no início dos anos 50 organizou a campanha “O Petróleo é nosso”, campanha que conseguiu a aprovação do monopólio estatal do petróleo estabelecido pela Lei 2.004 de 03/10/1953:

Art. 1º Constituem monopólio da União:

I – a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II – a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

Art. 2º A União exercerá, o monopólio estabelecido no artigo anterior:

Trechos da Entrevista de Gonzaga Belluzzo para o OESP (17-08-08):

A idéia de criar uma estatal tem a ver com essa estratégia de planejamento ou de domínio da propriedade do petróleo?

Essa questão da propriedade é importante, mas não prioritária. Ele (Lula) quer uma empresa capaz de coordenar a exploração dos novos campos, parecida com uma holding, que tenha embaixo as empresas privadas e a Petrobrás...

Não há risco de que, com esse fantasma da estatização, haja uma fuga dos investidores?

Acho que essa empresa vai ser, na verdade, uma garantia de que os investimentos ocorrerão. Eles vão ter de discutir as regras, e isso vai ser uma coisa conflitiva. É um problema da repartição dos ganhos...

I – por meio do Conselho Nacional do Petróleo...

II – por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S. A.

Criando a Petrobrás, a Lei estabelecia que a União fosse dona de 51% do capital votante, que fosse destinada uma determinada quantidade de ações a cada Estado ou Município onde fosse descoberto petróleo e que somente brasileiros ou empresas brasileiras pudessem ser donos de ações.

Esta Lei foi revogada pela Lei 9.478 (governo FHC) de 06-08-1997 que quebra o monopólio estatal do petróleo, permite a venda de ações a estrangeiros e diz que a União deve ser dona de 50% mais uma ação do capital votante.

Desde a sua constituição, a Petrobrás começou a crescer e estabeleceu um padrão técnico respeitado no Brasil e no Mundo. Isso fez com que o Brasil dominasse todo o ciclo econômico do petróleo, desde a extração até o refino. Note-se que em todos os países da América do Sul, que estão restabelecendo o monopólio estatal do petróleo e gás, existem dificuldades técnicas para conseguir manter a produção e, mais ainda, realizar o refino e aproveitamento destas riquezas naturais.

Lula com sua frase, entretanto, estabelece uma guerra contra a Petrobrás. O governo e economistas saem em defesa da “nova estatal - com capital 100% do governo, sem participação do setor privado”, que seria a dona de todo o petróleo da área conhecida como “Pré-Sal”, ao invés de permitir que “setores privados da Petrobrás” fossem donos deste petróleo. E acena com o uso destes recursos em saúde e educação, quando vão ser aplicados no “fundo soberano” e ficarão depositados no exterior “para não atrapalhar a economia”.



Este discurso se vale do fato de que a maioria ignora o marco legal existente sobre o petróleo brasileiro e a realidade da proposta da “nova estatal”. Hoje, a quem pertence o petróleo?

Lei 9478 – Art. 3º - Pertencem à União os depósitos de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos existentes no território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva.

Como se pode ver, por esta Lei, o petróleo e o gás pertencem à União (marco que Evo Morales, recentemente, refez na Bolívia). A diferença entre a Lei de 53 e a de 97 é que estas atividades podem ser “concedidas” ou “autorizadas” para empresas (nacionais ou estrangeiras) com sede no Brasil, por exemplo, para a subsidiária de uma multinacional de petróleo. Cai o Monopólio da extração e refino concedido à Petrobrás pela lei de 1953.

Lembremos que esta lei foi aprovada após a Emenda Constitucional nº 9 (1995) que acabou com o monopólio instituído constitucionalmente em 1988 e permitiu a União contratar empresas privadas para explorar o Petróleo.

A dificuldade da burguesia é que a Petrobrás, tendo criado tecnologia e conhecimento, compete vantajosamente pelo petróleo no Brasil

e em outros países. Então, mais uma vez, é necessário quebrar a Petrobrás e entregar de vez o Petróleo para o setor privado. É disso que trata esta discussão, quando Lula propõe a “nova estatal”, que será uma “holding” (ou seja, um escritório, sem atividade industrial real) que “venderá” o setor Pré-Sal, ou nas palavras cruas do economista Belluzzo: “É um problema da repartição dos ganhos”. Ao invés dos leilões, as negociações promovidas pela “nova estatal”. E de lambuja, a expropriação da Petrobrás ao direito de exploração do Pré-sal, que ela teria por ter descoberto o petróleo na região.

A Lei 9478 estabeleceu:
Art. 22. - § 1º A Petróleo Brasileiro S. A. - PETROBRÁS transferirá para a ANP as informações e dados de que dispuser sobre as bacias sedimentares brasileiras, assim como sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo ou gás natural, desenvolvidas em função da exclusividade do exercício do monopólio até a publicação desta Lei.

Ou seja, a Petrobrás teve que entregar para empresas privadas todo o acervo de conhecimento sobre o solo brasileiro! Agora, Lula quer privá-la de sua maior descoberta, o setor de Pré-Sal que poderá ser, segundo algumas estimativas, o maior campo petrolífero do mundo (o Brasil passaria a ter a maior reserva conhecida de petróleo

do mundo).

E é esta riqueza que enche os olhos da burguesia. E por isso Lula vem com esta proposta – a “nova inteira estatal” que seria somente um escritório, enquanto quem opera é o setor privado – que deteria a tecnologia, os equipamentos, a mão de obra qualificada, informações, etc.

Para a Esquerda Marxista é essencial exigir a revogação da Lei 9.478 e da Emenda Constitucional nº 9, retomando o monopólio do Petróleo nas mãos da Petrobrás e a obrigação legal do capital da Petrobrás ser inteiramente nacional. É nesta perspectiva que participamos de toda a campanha contra os leilões de Petróleo e da iniciativa do SINDPETRO-RJ da campanha Petrobrás 100% Brasil.

(A campanha “Petrobrás 100% Brasil” pode ser encontrada em:

www.sindipetro.org.br)

O que é o chamado “modelo Norueguês” (OESP – 17-08-08):

“A diferença entre Brasil e Noruega é que não há leilões de petróleo no país nórdico...”

A Noruega tem uma empresa que é controlada pelo governo, mas tem capital negociado em bolsas, a StatoilHydro. A Statoil Hydro é hoje responsável por cerca de 70% da produção local de petróleo...”

“A principal diferença entre os países é a existência de uma companhia 100% estatal...”

“Criada em 2001, a Petro opera como um braço de participações no mercado de petróleo... A empresa tem hoje participação que representam 1/3 das reservas e 1/4 da produção norueguesa de petróleo e gás.”

Setenta anos da fundação da IV Internacional

Em agosto de 1938, num pequeno subúrbio próximo à Paris, França, era fundada a IV Internacional. Sob a liderança de Leon Trotsky, cerca de 30 delegados, representando 12 países, estiveram presentes ao congresso de fundação, entre eles, o brasileiro Mário Pedrosa.

Estava sendo fundada aquela que seria considerada por Trotsky a maior obra de sua vida. À primeira vista pode parecer estranho que Trotsky que fora uma liderança incontestada das Revoluções Russas de 1905 e 1917, que fora ainda comandante do Exército Vermelho, quando de sua vitória sobre os exércitos imperialistas na Guerra Civil Russa (1918-1922) considerasse como seu principal feito uma organização fundada por um punhado de pessoas, representando poucos países. Onde então residia a importância da IV Internacional?

“A crise da humanidade é a crise da direção revolucionária”. (Programa de Transição)

Com esta frase, tão célebre e, ao mesmo tempo, tão atacada por seus inimigos, Trotsky iniciava o genial texto do Programa de Transição, que seria exatamente o Manifesto de fundação da IV Internacional.

Diferentemente das internacionais anteriores que nasciam a partir do fortalecimento e avanço dos partidos da classe trabalhadora – em especial a Terceira Internacional, que nasce a partir da Revolução Russa de 1917 - a Quarta Internacional nascia em uma situação terrível para a classe trabalhadora e para os revolucionários.

“Era meia noite no século” nas palavras do escritor Victor Serge.

E tal escuridão residia no fato de que a humanidade

caminhava para a sua maior tragédia talvez: A Segunda Guerra Mundial, sua destruição sem precedentes e seus 60 milhões de mortos.

Não poderia haver maior contradição! De um lado, as forças produtivas existentes já poderiam permitir que toda a humanidade vivesse com dignidade e solidariedade. Mas a competição capitalista, na sua fase imperialista, obrigava os capitalistas a lutarem por mercados, matérias primas, fontes baratas de mão de obra.

A busca por lucros por parte dos grandes monopólios empurrava os Estados Nacionais, instrumentos das diferentes burguesias, para a infame guerra.

Ou seja, de um lado a barbárie imperialista que se avizinhava. E do outro lado, as possibilidades objetivas de construção do socialismo internacional.

Trotsky no Programa de Transição interpretou de forma cristalina a situação, onde as condições objetivas para a Revolução já estavam mais do que maduras: a divisão social do trabalho, os progressos da técnica e da ciência e a integração do mundo, que foram promovidos pelo próprio capitalismo; permitiam que o proletariado destruísse esse mesmo capitalismo, tomando o poder e construindo o socialismo em escala mundial.

Entretanto, se sobravam condições objetivas, faltavam o que Trotsky designava por condições subjetivas. As organizações principais da classe trabalhadora, seus partidos e sindicatos de massa, estavam sendo dominados por dirigentes políticos que, na prática, não passavam de agentes da burguesia no seio do proletariado.

A social-democracia, organizada em torno da II Internacional desde 1914,

havia traído brutalmente a causa do socialismo quando se recusou a combater a primeira guerra mundial imperialista, deixando que cada uma de suas seções apoiasse sua própria burguesia nacional. Nos anos 30, seu papel era claramente o de contenção da Revolução em troca de migalhas oferecidas pela burguesia aos seus dirigentes.

A dominação stalinista da III Internacional trouxera a burocratização e o abandono completo do marxismo. Fruto do processo de burocratização da União Soviética, que solapava a democracia operária em nome dos privilégios da casta dirigente, o stalinismo era responsável pelas derrotas da classe trabalhadora nos agitados anos 30.

É isto que explica sua política criminoso na Alemanha, quando Stalin e seus seguidores se recusaram a organizar a frente única contra o nazismo, e deixaram que Hitler destruísse a outrora poderosíssima organização da classe operária alemã em 1933. Ou então, poucos anos depois, quando o mesmo Stalin desarma e reprime milícias revolucionárias durante a Guerra Civil Espanhola, facilitando conscientemente a vitória das forças fascistas lideradas pelo General Franco.

A crise da humanidade que empurrava o mundo para a Segunda Guerra era então, fundamentalmente, uma crise de direção do proletariado. O maior obstáculo para a Revolução eram os dirigentes que traíam a Revolução e permitiam o fortalecimento das diferentes burguesias, seja na forma do nazi-fascismo ou das “democracias” liberais.

Só assim que podemos entender porque Trotsky atribuía tanta importância à IV Internacional. Pela sua experiência pessoal de marxista revolucionário, sabia que a

construção de uma nova Internacional era uma tarefa para a qual seu esforço individual era decisivo, muito mais decisivo, aliás, do que nas Revoluções Russas em que teve papel de enorme destaque.

O que estava em jogo naquela “meia noite no século” era a continuidade da herança do internacionalismo proletário e socialista, que fora aviltado e deformado pelos dirigentes que se bandearam para a contra-revolução. Por mais isolada e minoritária que fosse a IV Internacional, Trotsky buscava pôr em prática uma idéia de seu camarada Lênin: “Quando há um pequeno resto de civilização, é possível reconstruir tudo”

“Trabalhadores do mundo, unam-se à bandeira da IV Internacional, a bandeira de sua próxima vitória.” (Programa de Transição)

Qual o sentido de se discutir a fundação da IV Internacional hoje?

É fato que depois da guerra e do assassinato de Trotsky, a IV Internacional acabou por ser desmantelada por erros, oportunismo e sectarismo de seus dirigentes. Entretanto, suas idéias fundamentais, expressas no Programa de Transição continuam na ordem do dia.

A contradição entre aquilo que a humanidade vive no

capitalismo hoje e aquilo que ela poderia viver num mundo socialista é cada vez maior. Além disso, sem o papel insubstituível dos dirigentes reformistas e oportunistas do movimento operário, a burguesia não poderia se estabelecer como classe dominante.

E, sobretudo, como dizia Marx, a luta de classes continua sendo a roda da história. Depois de anos em que os intelectuais burgueses anunciavam a “morte do socialismo” e o “fim da história”, a Revolução Venezuelana se desenvolve e traz esperanças aos revolucionários de todo o mundo.

Para os trotskistas da Esquerda Marxista, o fato da Revolução Venezuelana ter permitido o contato e a recente fusão entre nós e os trotskistas da Corrente Marxista Internacional é uma forte demonstração de que os princípios que marcaram a fundação da IV Internacional estão vivos.

Juntos agora na Corrente Marxista Internacional, nossa tarefa comum é construir uma Internacional Revolucionária de Massas para que possamos materializar o objetivo que Trotsky não pode concretizar em vida:

“Trabalhadores do mundo unam-se à bandeira da IV Internacional, a bandeira de sua próxima vitória.”



LUTA PELA ESTATIZAÇÃO

Governo Lula joga fábrica ocupada Flaskô aos leões do mercado capitalista

Mais de um mês já se passou desde o Tribunal Popular (que julgou a intervenção federal nas fábricas ocupadas) e até agora o governo Lula não respondeu à sentença protocolada em Brasília.

Entre outras decisões, o júri popular reunido em Joinville/SC intimou o governo a devolver a Cipla e a Interfibra para os trabalhadores e a salvar os empregos na fábrica ocupada Flaskô de Sumaré/SP.

Mas nem uma coisa e nem outra. O interventor federal continua a mandar e desmandar na Cipla e Interfibra, sem pagar um centavo da dívida com o INSS (utilizada como desculpa para a ação militar-fascista disparada contra o Movimento das Fábricas Ocupadas), enquanto a situação dos trabalhadores da Flaskô segue cada vez mais dramática.

Dificuldades alcançam nível máximo

Após cinco anos de controle operário na Flaskô, é

possível listar inúmeras vantagens e conquistas em comparação à gestão patronal, porém, ao mesmo tempo, as pressões do mercado capitalista criam e avolumam as dificuldades no sentido de inviabilizar o funcionamento da fábrica em breve.

As dívidas, que os patrões deixaram como “herança maldita” para os trabalhadores, foram empurradas para frente, na perspectiva de serem amenizadas ou solucionadas através de uma ação estatal que pudesse transformar o passivo da empresa em ativo do poder público e, assim, dar início à recuperação do parque fabril e dos direitos sociais e trabalhistas.

Nesse sentido, os acordos de parcelamento das dívidas com a Justiça do Trabalho e com a companhia de energia elétrica (CPFL), por exemplo, foram necessários para manter a fábrica aberta e seguir a luta pela estatização sob controle operário.

Porém, a disposição do governo Lula em organizar a intervenção federal e em fi-



Trabalhadores da Flaskô durante eleições de 2006

nanciar a burguesia nacional e as multinacionais com vultosos empréstimos, tira a estatização do cardápio e joga os trabalhadores da Flaskô aos leões do mercado capitalista.

Os operários sentem isso. A sabotagem patronal impõe limites ao faturamento da fábrica e, assim, mal se consegue pagar os salários. O orçamento fica comprometido com a CPFL, com os agiotas e os empresários que comercializam os produtos. Até os acordos parciais, conquistados anteriormente, deixaram de ser um alívio e entram no infernal círculo de

estrangulamento administrativo/financeiro.

Enquanto a Mauser, multinacional alemã do setor plástico, realiza fusões e aquisições com bilhões do BNDES para modernizar e concentrar a produção, a pequena e endividada Flaskô que se vire? Assim é impossível! Abandonar à própria sorte os operários, que tocam uma fábrica para manter os empregos e os salários, não pode ser considerado uma política séria para a classe trabalhadora! Afinal, como se vê, sem apoio estatal, nem os capitalistas sobrevivem!

Lula, você é o responsável!

Para sair dessa armadilha armada pelo governo Lula a pedido da burguesia, os trabalhadores da Flaskô irão se mobilizar novamente e solicitam a força de todos os apoiadores, partidos e parlamentares comprometidos com a classe trabalhadora, sindicatos e movimentos sociais.

Um ato em São Paulo será programado para final de agosto, começo de setembro, em um órgão público do governo federal para exigir uma solução para salvar os empregos. Que venha, imediatamente, dinheiro público para manter os postos de trabalho! Que venha matéria-prima! Que se reduza o preço da energia elétrica para a fábrica ocupada Flaskô!

Afinal, se nada disso for feito logo, o governo Lula ficará com mais uma mancha: a de ter levado a fábrica ocupada Flaskô ao fechamento, mesmo depois dos heróicos combates travados pelos trabalhadores.

“O ANO DO SUS”

A saúde pública de Pernambuco na UTI

Artigo escrito pelas companheiras Eliane, Márcia e Mirian do Sindsaúde-PE

O secretário de saúde do Governo de Pernambuco apresentou um novo modelo de gestão para a saúde do estado para o período 2008-2010, tendo como finalidade a entrega da responsabilidade do estado às fundações e ONGs. Isto, na prática, é repassar os recursos públicos para a iniciativa privada administrar, o que significa a privatização do SUS (Sistema Único de Saúde), contrariando o

Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, onde diz que a saúde é um direito de todos e dever do estado.

Por este motivo temos a preocupação de alertar os trabalhadores brasileiros de que não podemos retornar aos anos 70, quando só era beneficiado quem contribuía com a Previdência Social, e aquele que não contribuía era tratado como indigente. Este ano de 2008 foi estabelecido pelo Ministério da

Saúde como o ano da comemoração do SUS. O SUS é uma conquista, resultado da luta dos movimentos sociais. Com a criação do SUS todos os trabalhadores(as) tiveram direito ao atendimento público de saúde, sem discriminação social.

Hoje somos detentores do maior sistema público de saúde do Mundo, mas as políticas privatizadoras das últimas décadas que seguem sob o Governo Lula, colo-

cam esta conquista histórica em risco. Apesar de ser o “ano do SUS”, só este ano, segundo dados da Agência Brasil, foram cortados do orçamento do Ministério da Saúde pelo Governo Federal o valor de R\$ 2.594.074.000,00 (mais de dois bilhões e meio de reais), ou seja, 6% a menos para ser gasto com a população.

Com a privatização do SUS podemos perder os serviços gratuitos com a finalidade e a promoção e recupe-

ração da saúde, o direito de atendimento a todos os pacientes sem restrição de exames de média e alta complexidade, a realização de prevenção de doenças e campanhas educativas de saúde.

Portanto o caos atual na saúde pública de Pernambuco é consequência das políticas dos governos Federal e Estadual em favor do capital Privado. Só a organização e luta dos trabalhadores poderá reverter este quadro!

Os 25 anos da CUT e a política

LUIZ BICALHO

A CUT foi fundada em 1983. Faz 25 anos. A sua construção representou uma ruptura com o sistema sindical implantado pela ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945), na qual os sindicatos eram atrelados ao Estado, com estatuto padrão designado em lei, com o seu financiamento sendo bancado majoritariamente pelo Imposto Sindical e com a possibilidade de intervenção das autoridades governamentais em qualquer sindicato que não rezasse pela cartilha dos patrões.

Tanto é assim que, com o golpe militar de 1964, os militares não mudaram nada da estrutura sindical, apenas entrevistaram nos sindicatos que diziam ser “esquerdistas” ou “comunistas”, destituíram seus dirigentes e substituíram por outros mais confiáveis.

Durante os anos da ditadura os trabalhadores se organizaram em oposições sindicais e comissões ilegais nos locais de trabalho. Em alguns casos (como bancários) conseguiram ganhar as eleições. Em outros, setores ligados às direções procuraram uma “renovação” aceitando a pressão dos operários. Num caso, realizou-se a junção da oposição com os renovadores (metalúrgicos de São Bernardo) e a direção resultante conduziu as maiores greves

após a decretação da ditadura. Logo após as greves de 1979 e 1980, uma onda de greves se espalha pelo país e o conjunto dos trabalhadores procura trilhar os caminhos que os metalúrgicos trilharam.

Marx e Engels, no Manifesto Comunista, lembram que, após cada luta, o que sobra é a organização maior que os trabalhadores conquistaram. E o final destas lutas heróicas que conduziu a classe trabalhadora foi a sua organização, com as oposições ganhando novos sindicatos e aumentando as greves.

Este movimento confluiu para os Conclats (Congressos da Classe Trabalhadora). Os dirigentes sindicais que não quiseram se adaptar aos “novos tempos” vão sendo varridos. E, com o nascimento do PT, os seus líderes (Lula, Olívio Dutra e Jacó Bitar) assinam uma convocatória para o congresso que constituiu a CUT, já que os outros se recusavam a assiná-la. Destaca-se que o PCB e o PCdoB se recusaram a participar da fundação da CUT.

Mas a CUT se impôs pela força de sua política, pela força da classe operária que buscava a sua unidade e centralização. Mas, no momento em que o PT começa a mudar, a direção da CUT (maioria de petistas) segue no mesmo rumo e, ao invés de greves gerais, começa a política de concertação, do



Mobilizações pela greve geral (1989)

pacto social, dos acordos, das mesas setoriais até os dias de hoje.

Sim, em 25 anos, a CUT se tornou a maior central sindical do Brasil. E quais os rumos que a sua direção propõe traçar ao final destes 25 anos?

A última Plenária Nacional e a “continuidade”

A CUT realizou a sua 12ª Plenária Nacional (PLENCUT) e tirou um manifesto intitulado “Jornada de Lutas e Mobilizações”. O início do texto promete a continuidade da luta por uma sociedade socialista, como podemos ver abaixo:

“A CUT, nos seus 25 anos de existência, com uma trajetória de luta e combatividade, em defesa dos interesses e aspirações da classe trabalhadora, reafirma os princípios e bandeiras que lhe deram origem.”

“Nesse cenário de reorganização do movimento sindical e de retomada do crescimento econômico, os desafios se modificam, tornam-se mais complexos e se multiplicam. Portanto, cada vez mais imprescindível a atualização da nossa estratégia, para nossa militância disputar o projeto de desenvolvimento para o Brasil.”

“Assim, com a firme determinação para manter sempre acesa a chama do fortalecimento da democracia, da valorização do trabalho, da ampliação de direitos da classe trabalhadora, (...) por uma organização sindical livre e autônoma, no rumo de uma sociedade

socialista”.

O texto é um primor ao esconder em belas palavras aquilo que faz a maioria das direções sindicais no momento – deixar de lado a luta do salário contra o capital e deixar a classe trabalhadora entregue à fúria da burguesia que procura se safar de sua crise aumentando a miséria e o sofrimento dos trabalhadores.

Sim, a CUT “reafirma os princípios e bandeiras que lhe deram origem”. Ora, como é possível reafirmar princípios e bandeiras se logo de cara nestes três parágrafos eles já estão sendo questionados?

Por mais que procuremos, não está escrito nos estatutos da CUT “disputar o projeto de desenvolvimento para o Brasil”. Pelo contrário, o que está escrito é a necessidade da organização da classe trabalhadora, de forma autônoma e independente da burguesia e de seu estado, de lutar pelo socialismo. E ao invés de firme “determinação para manter sempre acesa a chama do fortalecimento da democracia” (texto do manifesto), o que encontramos no estatuto é “a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”.

Pequenas diferenças? Poderiam ser. Afinal, parecem apenas palavras semelhantes. Claro está que sobraram coisas justas como “Implantação do

Piso Nacional da Educação Básica; Luta pelo fortalecimento do papel do Estado com a ampliação dos concursos públicos, Política de valorização dos servidores e combate à criação de fundações de direito privado”.

Sim, sempre sobra alguma coisa das reivindicações da classe trabalhadora. Mas, o problema é que o centro das questões é desviado, além de se construir bandeiras totalmente equivocadas, como a defesa da divisão da nação entre negros e brancos (apoio ao Estatuto da Igualdade Racial).

Outras questões simplesmente desaparecem de pauta e o que sobra é um pálido reflexo distorcido daquilo que, outrora, compôs a bandeira de nossa central. Assim, a luta contra a privatização e pela estatização dos setores essenciais da economia e a luta pela estatização da saúde e educação desaparecem.

Não faz muito tempo... 25 anos e muito mudou. Não mudaram tanto os dirigentes sindicais, apenas tornaram-se mais velhos e mais “respeitáveis”. E a velha luta pela independência sindical, as greves gerais, o apoio às greves, onde estão? A campanha dos metalúrgicos está sendo preparada, a campanha dos bancários está começando, por que não se discute a unificação? Por que não ter bandeiras comuns? Aliás, como é que na campanha dos bancários é separado o setor público do setor privado? Sim, muito longe estão as greves gerais e são substituídas por uma marcha da classe trabalhadora em Dezembro, depois das campanhas salariais.

Será então que sobrou a Independência Sindical?

O começo do manifesto fala em “cenário de reorganização do movimento sindical”. É muito pouco para ex-



1º Congresso da CUT

a capituladora de sua direção



Direção eleita no 1º Congresso da CUT (1984)

placar o que aconteceu nestes 25 anos e muito pouco também para explicar o que a CUT está fazendo. Afinal, o que aconteceu para que fosse originado a Conlutas, a Intersindical e a CTB? O que aconteceu para que a Força Sindical fosse tratada como parceira? O que aconteceu com aquela parte dos estatutos que dizem que a CUT:

“Defende que os trabalhadores se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devem decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da OIT no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os trabalhadores brasileiros”?

Sim, as palavras são belas e certas, o combate é bonito e é certo. E o que faz a direção da CUT hoje? Está lá, escrito em todas as letras, no Portal da CUT:

Projeto de lei vai criar a contribuição negocial

Está lá, assinado e tudo mais. As seis centrais sindicais brasileiras firmaram termo de compromisso

para o fim do imposto sindical e sua substituição pela contribuição negocial, que não será compulsória, mas sim aprovada em assembleia soberana. Entendamos: Agora não temos mais o imposto sindical que representa um dia de trabalho descontado obrigatoriamente de todos os filiados, mas uma “contribuição negocial”, prevista em lei, que será também descontada de todo trabalhador, a partir da decisão da assembleia geral?

Sim, os que fazem parte do movimento sindical sabem como isso acontece: a assembleia é convocada e infeliz de quem fala contra a posição da direção de aprovar a tal

taxa negocial. Bem distante da posição inicial da CUT, que era pela revogação pura e simples do imposto sindical e que os sindicatos vivessem com o dinheiro recolhido de seus filiados. É possível fazê-lo? Os sindicatos de servidores demonstraram que sim, eles não recolhem o imposto sindical e aí estão: vivendo e fazendo greves.

Independência frente ao governo?

Vejamos o que publica o site da CUT sobre o problema previdenciário:

Ministro anuncia medidas para fortalecer a Previdência pública

“Os cálculos que temos mostram que até 2050 não é preciso nova reforma previdenciária. A questão é gestão e crescimento econômico”, afirmou o Ministro da Previdência, José Pimentel. Ele ressaltou ainda que as orientações do presidente Lula são claras no sentido de continuar investin-

do para melhorar a gestão e o atendimento aos segurados...

O ministro informou ainda que o governo decidiu encaminhar um projeto ao Congresso mudando o sistema de contabilidade para reduzir a margem de manipulação dos números, utilizada por quem queria fabricar um déficit na Previdência”.

Entendamos. Antes explicávamos as políticas dos governos e defendíamos os direitos da classe trabalhadora. Antes estava inscrita em nossa bandeira: aposentadoria integral para todos os trabalhadores. Agora nos esquecemos de pedir a revogação da reforma da previdência de FHC, da reforma da previdência feita por Lula e acreditamos na palavra do Ministro que mudou a contabilidade e o mundo virou o céu? Realmente, onde estamos?

Isso é a independência frente aos governos? Isso é dizer que a luta continua igual como era há 25 anos?

PLENCUT e a crise de direção

O foco da 12ª Plenária Nacional da CUT era criar um clima de comemoração aos 25 anos da central. Porém, mesmo assim, a direção por aqueles que os deveriam representar.

“Na verdade, foi uma plenária de crise, onde vários companheiros estavam sentindo falta de discu-

Fiasco

Se a Plenária era para marcar os 25 anos da CUT, então, esperava-se que a assembleia marcada para São Bernardo do Campo reunisse milhares de operários. Porém, em pleno berço político da central, não se viu muita gente por lá.

Aliás, se não fossem as delegações dos estados que estavam presentes na Plenária, seria um vexame total.

“É bem verdade que estava chovendo e fazia frio, mas mostra, de certo modo, a fragilidade da política vacilante da direção majoritária da central”, afirma Faustão, do Sindicato dos Químicos de Recife e membro da CUT-PE.

Crise

Outro problema que apareceu na Plenária foi o da relação entre CUT e FRETAF (Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar), que pediu reconhecimento da central. Ocorre que, ano que vem, haverá congresso da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e, caso a CUT aceite a participação da FRETAF, os sindicalistas ligados à Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

Como se pode ter tanta desfaçatez, tanta cara de pau? Sim, porque junto com este projeto de lei de mudança de contabilidade, foi ao congresso (aliás, antes do projeto de mudar a contabilidade) um projeto de reforma tributária que acaba justamente com boa parte das receitas previdenciárias. Então, mudar a contabilidade servirá para o que mesmo?

Vinte e cinco anos! Ao contrário do que diz a direção da CUT, algo mudou. Os estatutos, os seus princípios continuam iguais. Mas os homens que a dirigem não se pautam mais por esses princípios e sim por outros muito diferentes. Os marxistas ajudaram a construir esta Central e estes princípios. E estamos na linha de frente de sua defesa, da defesa de seus princípios. E, por consequência, na linha de frente de combate contra esta direção que joga os princípios no lixo.

poderão levar a CONTAG a se desfiliar da CUT.

Nessa sopa de letrinhas, os mais prejudicados serão, sem dúvida, os próprios trabalhadores rurais, que serão levados à divisão por aqueles que os deveriam representar.

“Na verdade, foi uma plenária de crise, onde vários companheiros estavam sentindo falta de discussão política e, na qual, a corrente majoritária ficou o tempo todo tentando resolver os problemas entre os dirigentes mesmos, ou seja, apagando fogo”, relata Faustão.

Já nós, marxistas, fizemos a nossa parte e vamos batalhar para reunir mais sindicalistas que querem lutar, que não abandonaram os princípios da CUT de defesa dos interesses materiais e históri-



Cartaz da CUT-SP (1991)

REVOLUÇÃO AVANÇA

A nacionalização do

Análise de Alan Woods da Corrente Marxista Internacional sobre o anúncio da nacionalização do Santander na Venezuela

ALAN WOODS

No dia 31 de Julho, em um programa de televisão transmitido para todo o país, o presidente Chávez anunciou a nacionalização do Banco de Venezuela - banco venezuelano, propriedade da multinacional bancária espanhola Grupo Santander. “Vamos nacionalizar o Banco de Venezuela. Faço um chamado aos senhores donos para que venham e comecemos a negociar”.

E acrescentou: “Há alguns meses nos interamos, graças a fontes de inteligência, de que os proprietários espanhóis iriam vender o banco, que esteve privatizado durante anos; que existia um acordo assinado entre o Grupo Santander e um banco privado venezuelano, o banqueiro venezuelano precisava da permissão do governo para comprar o banco, não se trata de operação pequena (...), então enviei uma mensagem ao banqueiro espanhol e ao venezuelano, para dizer-lhes que o governo queria comprar o banco, queremos recuperá-lo. Então um dos proprietários disse: ‘não, não queremos vendê-lo!’. Então eu disse: ‘Não, o comprarei, quanto custa? Vamos pagar por ele e vamos nacionalizar o Banco de Venezuela’”. O presidente continuou: “A partir desse momento começará a campanha dos meios de comunicação espanhóis e internacionais. Dirão que Chávez é um autocrata, que Chávez é um tirano, não me importa, apesar de tudo, vamos nacionalizar o banco”. “Os cães ladraram, mas a caravana passa”, disse, citando o Dom Quixote.

“Existe algo de obscuro

nisso tudo, seus donos estavam, a princípio, desesperados para vender o Banco de Venezuela, inclusive tentaram me pressionar. Agora, de repente, não querem vendê-lo. Mas agora estou interessado em comprá-lo e vamos nacionalizar o Banco de Venezuela para colocá-lo a serviço do povo venezuelano”. Acrescentou que o banco controla milhões de bolívars que pertencem ao “povo venezuelano e também ao governo venezuelano”.

“Necessitamos de um banco deste tamanho. Porque este é o Banco de Venezuela, este banco gera grandes lucros, mas estes se vão para o exterior”.

Chávez também assegurou que os depósitos dos poupadores estão garantidos assim como os empregos dos trabalhadores, cujas condições melhorarão “como aconteceu com a nacionalização da Sidor”.

Chávez agradeceu aos administradores privados do banco por tê-lo convertido em uma instituição muito eficiente, mas acrescentou que o banco deixará de ser um banco capitalista para tornar-se um banco socialista: “o lucro não será de um grupo, e sim será investido no desenvolvimento social-socialista. O socialismo, cada dia com mais força!”.

Super lucros

O Banco de Venezuela é um dos bancos mais importantes da Venezuela, detém 12% do mercado de empréstimos e obteve um lucro de 170 milhões de dólares no primeiro semestre de 2008, 29% maior em relação ao mesmo período de 2007, e depois dos lucros já terem aumentado cerca de 20%. Possui 285 agências e



três milhões de clientes.

O Banco de Venezuela foi nacionalizado em 1994 depois de uma generalizada crise bancária que provocou a quebra de 60% do setor bancário, só para ser privatizado em 1996 e comprado pela multinacional bancária Grupo Santander por apenas 300 milhões de dólares. Em apenas nove meses, o Grupo Santander recuperou seu investimento inicial. Os ativos do banco estão calculados, hoje, em cerca de 891 milhões de dólares. Em 2007, apenas, obteve um lucro de 325,3 milhões de dólares, mais do que aquilo que haviam pagado pelo banco em 1996.

Este não é o único exemplo de negócios escandalosos por parte dos banqueiros espanhóis na Venezuela. O Estado venezuelano também adquiriu o Banco Provincial em 1994 e depois o vendeu em 1996 à multinacional bancária espanhola Grupo BBVA. Como resultado destas operações, o setor bancário venezuelano está dominado por quatro grupos: duas multinacionais espanholas, BBVA e Santander, e dois bancos venezuelanos, Mercantil e Banesco. Hoje, o espanhol Grupo Santander é o maior banco da América Latina com 4.500 agências; um terço dos lucros do Grupo Santander, em 2007, foram oriundos da América Latina. Este é só um exemplo de como as multi-

nidense, estes ricos parasitas são generosamente recompensados por seus amigos da Casa Branca e de Wall Street.

Quando o presidente Chávez anuncia a nacionalização de um banco é acusado de cometer um crime contra a propriedade privada. Mas os governos burgueses de EUA e Europa têm nacionalizados bancos também. O Federal Reserve, depois de ter enviado quantidades absurdas de dinheiro aos bolsos dos banqueiros, como no caso de Bear Stearns, agora nacionalizou dois gigantes das hipotecas, Fannie Mae e Freddie Mac, às custas do dinheiro dos contribuintes norte-americanos, cedendo outros 25 bilhões de dólares. George Bush e sua administração não têm dinheiro para a saúde nem para a previdência, mas têm muito dinheiro para encher a burra de seus amigos ricos. Nas palavras do famoso escritor estadunidense Gore Vidal, é um exemplo de “socialismo para o rico e livre empresa para o pobre”.

O que nos diz este exemplo sobre a “eficiência” dos banqueiros privados nos EUA? Fannie Mae e Freddie Mac, que são responsáveis por 50% de todas as hipotecas dos EUA, emitiram cinco trilhões de dólares em dívidas e títulos hipotecários. Deste total, mais de três trilhões estão em poder de instituições financeiras norte-americanas e mais de 1,5 trilhões de dólares estão nas mãos de instituições estrangeiras. A aplicação massiva desses recursos em especulação e fraudes representa uma séria ameaça para a estabilidade da economia global. Por isso as autoridades americanas tiveram, na prática, que nacionalizá-las. Porém, ninguém pôs estas operações em dúvida.

Observamos exatamente a mesma coisa ano passado em

nacionais estrangeiras saqueiam os recursos do continente.

Hipocrisia

Este é um excelente exemplo da hipocrisia dos defensores das grandes empresas. Como estes cavalheiros podem falar da suposta eficiência dos banqueiros privados, quando todo mundo sabe que os grandes bancos, nos EUA e em outros países, há décadas estão implicados em uma generalizada e criminosa especulação, que levou ao colapso um grande banco após o outro nos últimos doze meses, ameaçando colapsar o sistema financeiro mundial?

Não faz muito tempo o Federal Reserve (o banco central americano) de Nova Iorque teve que ceder 29 bilhões de dólares à Bear Stearns Companies Inc., um importante banco de investimento estadunidense, para assim facilitar sua compra por parte de outro grande banco, JP Morgan Chase & Co. Este é um exemplo da “eficiência” dos banqueiros privados, que obtiveram lucros fabulosos durante anos de especulação criminosa no mercado imobiliário norte-americano, e que agora pedem a ajuda do Estado para que lhes dê bilhões de dólares do dinheiro dos contribuintes. Ao invés de mandá-los para cadeia por seus crimes, que só no mês de maio provocou o despejo de 77.000 famílias estadu-

Banco de Venezuela

Grã-Bretanha, onde o quinto maior banco, Northern Rock, foi nacionalizado pelo governo para impedir seu colapso. Estes banqueiros privados eram tão eficientes que causaram a primeira crise de um banco britânico em mais de 150 anos, formou-se longas filas de poupadores preocupados, que, literalmente, dormiram na fila do banco para retirar seu dinheiro. A nacionalização de Northern Rock custou aos contribuintes britânicos 20 bilhões de libras (40 bilhões de dólares). Ao mesmo tempo, o primeiro ministro Gordon Brown diz aos trabalhadores britânicos que não há dinheiro para aumentos salariais e que todos devem fazer sacrifícios, todos... exceto os banqueiros privados!

Quanto mais se come, maior o apetite

Os trabalhadores venezuelanos e de todo o mundo darão as boas vindas à nacionalização do Banco de Venezuela. Compreenderão que os ataques e calúnias lançados contra Hugo Chávez estão ditados pela hipocrisia, mesquinha e ódio à revolução venezuelana. Os banqueiros espanhóis, que saquearam e saqueiam vergonhosamente a Venezuela, estavam dispostos a vender o Banco de Venezuela a um banqueiro privado venezuelano, ou seja, um companheiro de crime, mas não estavam dispostos a permitir que o banco viesse a ser recuperado pelo Estado e utilizado para os interesses do povo venezuelano.

Para os marxistas, a questão da compensação por si só não é uma questão de princípios. Há tempos Marx defendeu a compensação aos capitalistas britânicos como uma maneira de minimizar sua resistência à nacionalização, Trotsky contemplou uma possibilidade

similar com relação aos EUA. Contudo, a idéia dos reformistas de que a propriedade dos capitalistas deve ser comprada a preços de mercado é totalmente falsa e impossível na prática. Nossa política deve ser: uma compensação mínima somente em caso de necessidade comprovada. Em outras palavras, considerá-los a compensação para os pequenos acionistas de classe média, pensionistas, etc., mas, de modo algum, enormes somas de dinheiro para os super-ricos que já obtiveram grandes fortunas oriundas do saque a países como Venezuela. O Grupo Santander comprou o Banco de Venezuela pelo preço ridiculamente baixo de 300 milhões de dólares. Esta soma de dinheiro foi recuperada com sobras, não há nenhuma justificativa para pagar a estes um bolívar sequer.

Não obstante, a questão real aqui não é o tamanho da compensação. É o fato de um grande banco ser retirado de mãos privadas. O que realmente temem os capitalistas e os imperialistas é que a tendência da revolução venezuelana a realizar ofensivas contra a propriedade privada torne-se irresistível. A crise do capitalismo significa que um número cada vez maior de bancos e outras empresas privadas entra-

rão em crise e fecharão nos próximos meses, provocando um profundo aumento do desemprego. Na Venezuela o investimento privado caiu demasiadamente. A economia venezuelana só se mantém graças à inversão do Estado e ao setor público. Isto representa uma ameaça séria para a revolução e pode ter resultados adversos nas eleições de novembro, especialmente se nos atemos ao aumento da inflação.

O argumento de reformistas e estalinistas de que a revolução deve formar uma "aliança estratégica com a burguesia nacional" é uma estupidez perigosa. Todo mundo sabe que a burguesia é o inimigo da revolução e do socialismo. Não é possível formar uma "aliança estratégica" com a burguesia nacional progressista porque ela não existe. Os reformistas e estalinistas gostariam de criar uma burguesia nacional com dinheiro público. Que lógica há nesta proposta absurda? E ainda a apresentam como suposto realismo. Ao invés de mandar dinheiro para os capitalistas privados que o enviariam imediatamente a contas bancárias em Miami, o Estado deveria tomar em suas mãos as forças produtivas e utilizar seus recursos para criar uma economia planificada verdadeiramente socialista. A con-

dição prévia é que as forças produtivas deveriam estar nas mãos do Estado e o Estado deveria estar nas mãos da classe trabalhadora.

Apesar de todas as exortações, os capitalistas não investirão na Venezuela. A única maneira de avançar é a nacionalização. A expropriação de Sidor no início deste ano foi o resultado do movimento dos trabalhadores a partir de baixo. A ameaça de fechamentos de fábricas nos próximos meses, sem dúvida, levará a uma nova onda de ocupações de fábricas e exigências de nacionalizações. A nacionalização do Banco de Venezuela dará um novo impulso à reivindicação dos trabalhadores de expropriação e controle operário. Quanto mais se come, maior o apetite! Por isso os proprietários do Banco Santander querem, a qualquer custo, evitar que sua propriedade passe as mãos do Estado, mesmo tendo o presidente se oferecido a pagar por ele.

No programa de televisão onde o presidente Chávez anunciou a nacionalização do Banco de Venezuela, mencionou Marx e Engels, fez referência à importância da redução da jornada de trabalho, e também analisou a crise mundial do capitalismo. Disse que somente com o socialismo as sociedades podem conseguir sua emancipação. Isso é absolutamente certo. Mas o socialismo só é possível quando a classe trabalhadora toma o poder em suas mãos, expropria os banqueiros, latifundiários e capitalistas, quando começa a ad-



ministrar a sociedade em linhas socialistas.

A revolução venezuelana começou a tomar medidas contra a propriedade privada. Os marxistas darão as boas-vindas a cada passo em direção a nacionalização. Ao mesmo tempo, chamamos a atenção: as nacionalizações parciais não são suficientes para resolver os problemas fundamentais da economia venezuelana. A nacionalização de todo o setor bancário e financeiro é uma condição necessária para o estabelecimento de uma economia socialista planificada, junto com a nacionalização da terra e de todas as grandes empresas privadas, sob o controle e gestão dos trabalhadores. Isto nos permitirá mobilizar todos os recursos produtivos da Venezuela para resolver os problemas mais urgentes da população.

Portanto, saudamos a nacionalização do Banco de Venezuela como um passo adiante. Mas o objetivo principal ainda não foi alcançado: a eliminação do poder econômico da oligarquia e o estabelecimento de um verdadeiro estado operário socialista. A batalha continua.

Barcelona, 1º de agosto de 2008



Delegação de militantes da campanha "Tirem as Mãos da Venezuela" recebem Chávez em Madrid (Espanha)

AMÉRICA LATINA

Bolívia: Após o referendo de 10 de Agosto é preciso avançar

Ao crer nas mídias capitalistas, o referendo revogatório de 10 de agosto na Bolívia teria produzido um resultado contraditório. O presidente Evo Morales e o vice Garcia Linera foram ratificados por 67,5% dos votos (em 2005 nas eleições tiveram 57,3%). E nos estados de Oruro e Potosi, os dois governadores do MAS (partido de Evo), também foram confirmados. Mas, ao mesmo tempo, quatro dos seis governadores de oposição também foram ratificados com uma clara maioria. Então, quem ganhou e quem perdeu?

Em primeiro lugar é preciso ver os resultados definitivos e não somente os resultados saídos das urnas sobre os quais as mídias capitalistas se apóiam e subestimam a amplitude da vitória de Morales.

Em escala nacional, os resultados de Evo e do vice são os seguintes: mais de dois milhões de pessoas pediram que eles prosseguissem seu mandato, ou seja, cerca de meio milhão a mais que nas eleições de 2005. Isto representa mais de dois terços dos votos. Em todos os estados o voto de Evo aumentou em relação a 2005 – e claramente em muitos casos. Seus votos passaram de 66,6 a 82,6% em La Paz (onde concentra um terço da população do país), de 62,5 a 82,9% em Oruro, de 57,8 a 83,9% em Potosi, de 64,8 a

70,9% em Cochabamba e de 54,1 a 56,8% em Chuquisaca.

Assim, Evo teve uma vitória clara em cinco dos nove estados do país, que estão entre os mais povoados. Em seguida, vêm os quatro estados do leste do país, onde a oligarquia contra-revolucionária concentrou suas forças e chegou a ganhar uma base de apoio pela propaganda demagógica sobre o tema da autonomia regional.

Apesar disso, Evo aumentou sua votação. Em Pando ele teve 52,2% dos votos contra 20% em 2005. Em Tarija os votos a favor e contra praticamente empataram. 66.645 para Evo e 67.102 contra. Em Beni, Evo faz 42,3% agora, quando teve apenas 16,9% em 2005. A oposição perdeu 50% de seus votos de 2005.

Vamos finalmente a Santa Cruz - o principal bastião da oligarquia. O prefeito e o governador constituíram uma forte aliança com os latifundiários (organizados no Comitê Cívico), os banqueiros e os industriais que, com a ajuda de Washington, organizam os bandos fascistas armados da União da Juventude Cruceña (UJC). Estes últimos atacaram as sedes do MAS, intimidam os militantes do MAS e de outras organizações de esquerda, impediram fisicamente Evo Morales de aterrissar no aeroporto e publicamente, pedem



ao exército que derrube Evo. Apesar do clima de intimidação e dos bandos armados da UJC (com a ajuda da polícia local e regional) “vigiarem” as mesas de votação, Evo Morales recebeu 39,4% dos votos até o momento onde este artigo é escrito e ainda faltam 15% dos votos, principalmente, em seções favoráveis ao MAS como, por exemplo, em Nuflo de Chávez. Ultrapassar 40% seria uma grande vitória neste estado onde em 2005, Evo teve apenas 33% dos votos. E isto com toda a intimidação ocorrida.

Estes resultados refutam também a pretendida “maioria esmagadora” dos referendos autonomistas de quatro de maio em Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. Pois se tiveram 85,6%, 79%, 81% e 78,7% pela “autonomia”, eles se “esquecem” de mencionar a ausência massiva que marcou estes referendos ilegais e inconstitucionais.

A imprensa fala de um “país dividido” que só pode ser “reunificado” pela negociação e conciliação. Ora, a realidade dos resultados do dia 10 é outra. O altiplano e o centro do país apóiam massivamente à perspectiva de transformação revolucionária do país, enquanto que, no leste, a Bolívia está dividida, por ser onde a oligarquia conseguiu consolidar o apoio das classes médias destas cidades.

Estes resultados mostram o apoio enorme e cres-

cente de que se beneficia Evo, que colocou a questão da mudança da Bolívia no centro de uma campanha extremamente polarizada. Alguns dias antes do referendo, pela primeira vez, Evo falou de socialismo. Ele declarou que uma pesquisa havia mostrado que a maioria dos bolivianos é favorável ao socialismo. Evo comentou assim a pesquisa: “Se o povo boliviano pede o socialismo, nós vamos avançar em direção ao socialismo”.

Apesar de todas as vacilações do governo nestes dois últimos anos, o instinto revolucionário das massas bolivianas continua vivo.

Na luta eleitoral de 10 de agosto a vontade das massas foi clara: “Primeiro ganharemos esta batalha. Depois limparemos nossa própria casa para ir em frente”. Imediatamente após o referendo, a possante Confederação Unitária dos Trabalhadores Agrícolas da Bolívia (CSUTCB), que

chamou a votar por Evo, publicou um comunicado pedindo a substituição da Ministra da Agricultura, Susana Rivero, por qualquer um mais determinado a colocar em prática a Reforma Agrária. Quando uma imensa multidão veio ouvir o discurso de vitória de Evo Morales, ela gritava: “Mano dura! Mano dura!” (Mão firme! Mão Firme!).

Entretanto, uma vez mais, em vez de se apoiar sobre a demonstração de força de 10 de agosto para lançar uma ofensiva contra a oligarquia, Evo Morales insistiu, em seu discurso de vitória, sobre a “unidade nacional” e a necessidade de discutir com os governadores de oposição para conciliar a nova constituição com os “estatutos de autonomia” “adotados” nos referendos ilegais de quatro de maio.

Essa política é suicida. De fato, ela reforça a oligarquia das regiões concernidas. Mesmo enfraquecida pelo resultado do referendo, a oligarquia não está disposta a nenhum compromisso. O que ela quer é muito claro: derrubar Evo e o governo do MAS, que ela considera como o representante do movimento de massas dos trabalhadores e camponeses que se sublevaram em 2003 e 2005.

Fim da primeira parte

Leia a segunda parte deste artigo na página www.marxismo.org.br



AMÉRICA LATINA

A posse de Lugo e a luta de classes no Paraguai

ALEXANDRE MANDL

Fernando Lugo assumiu a presidência no dia 15 de agosto em meio às esperanças da classe trabalhadora, por um lado, e às críticas e boicotes da burguesia por outro. Paraguai vive um importante momento histórico e, como internacionalistas revolucionários, acompanhamos com grande satisfação este processo de ascensão das massas paraguaias, seguindo o vento de esquerda que sopra pela América Latina. Depois de ser destruído pela guerra imperialista do Brasil, Argentina e Uruguai, assim como de 61 anos de ditadura colorada, a possibilidade de mudanças chegou ao povo paraguaio.

Soberania Energética

O povo paraguaio considera a “recuperação da soberania hidrelétrica” como ponto central. Itaipu é responsável por 19% do PIB paraguaio (US\$ 1,5 bilhão ao ano). Um justo reajuste nos preços poderia representar importante alavanca para destravar o desenvolvimento e garantir maior justiça social. Por isso, um dos elementos centrais deste recente processo eleitoral foi o tema da soberania energética e a relação diplomática com o Brasil.

Entretanto, Lula, Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia, desde a vitória eleitoral de Lugo, vêm se alternando nas respostas ao pleito de revisão contratual do acordo de Itaipu, com diversas proposições sobre o tema, como financiamento do “desenvolvimento” do Paraguai por meio do BNDES, por meio de ações conjuntas via PAC, com construções de rodovias e ferrovias, incentivos à industrialização, mecanização do campo, incentivos à plantação de soja e etanol, entre outras medidas que não interessam à grande massa de oprimidos do Paraguai, uma vez que se trata de um “desenvol-

vimento” voltado aos interesses de uma minoria que se beneficiará da exportação, e exploração da força de trabalho alheia.

Assim, o governo brasileiro, até o presente momento, se posiciona contra a justa reivindicação do povo paraguaio, não se dispondo a renegociar os contratos de Itaipu, atacando sua soberania nacional, por meio de uma prática imperialista ao determinar o que é melhor ou não para o Paraguai. Oferece-se “barganhas” e medidas que darão riqueza às grandes indústrias transnacionais e brasileiras, e para os setores que já estão controlados pela burguesia de lá, inclusive pelos 300.000 “brasiguaios” que vivem especialmente na fronteira dos países, com seus latifúndios, milícia armada, corrupção e narcotráfico, os quais, aliados da oligarquia nacional, administram impunemente a exploração do povo paraguaio.

Boicote da Burguesia

Sabemos que a burguesia atua sem fronteiras, e como ela, devemos ter nossas perspectivas. Já vimos este filme diversas vezes e sabemos o que vêm acontecendo na Venezuela e Bolívia. No Paraguai, as ameaças de boicote econômico são cada vez maiores. O próprio Lugo disse: “Temos muitas informações de que, em determinado momento, podem ocorrer boicotes, pode haver conspiração, é real”. Camilo Soares, Ministro de Emergência Nacional, e secretário geral do P-MAS frisou que: “Se há pessoas que querem se resguardar sob a roupagem de lutadores sociais e estão, na realidade, promovendo cenários de conflito, estão muito equivocados e não poderão seguir”.

Diferente das posturas do governo brasileiro em relação a Itaipu, Chávez adota a política de solidariedade revolucionária e disse que “não faltará petróleo ao povo paraguaio”. Diante



Povo na rua comemora vitória de Lugo

das ameaças de boicote econômico, o governo venezuelano enviou pela PDVSA 47.000 metros cúbicos de combustível, para evitar que o novo governo encontre desabastecimento organizado pela burguesia.

Cai a máscara da coalizão

O governo de Lugo terá muitas dificuldades para implementar as medidas necessárias para mudar o panorama de desigualdade social e extrema pobreza que existe no país, inclusive pelos conflitos existentes dentro da coligação feita para a eleição, como estamos vendo nos conflitos que vêm ocorrendo no campo, com Lugo se posicionando ao lado dos trabalhadores sem-terra na luta pela reforma agrária, e seu vice, Federico Franco, do PLRA, ao lado dos latifundistas, defendendo a propriedade privada e criminalizando os movimentos sociais.

É neste sentido que, com o objetivo de tranquilizar grande parcela da burguesia, logo após a vitória eleitoral, foi anunciado como Ministro da Economia o conservador Dionisio Borda, ex-ministro do presidente Nicanor Duarte Frutos (Partido Colorado). Não obstante, nestes últimos dias, confirmou-se o acordo feito com o reacionário Lino Oviedo, do partido UNACE, para se obter maioria no congresso.

Esta situação nos causa preocupação, pois o povo brasileiro conhece bem o que é um

governo de coalizão, com ministros conservadores na área econômica e alianças com os partidos de direita no Congresso. É verdade, no entanto, que vêm sendo discutido com os setores de esquerda (P-MAS e Tekojoja) nomeações para alguns ministérios, como da Juventude, da Educação e da Agricultura, mas isso apenas demonstra que grandes disputas virão.

Neste sentido, é imprescindível a organização da classe trabalhadora, compreendendo o papel protagonista que os movimentos sociais deverão ter para fortalecer as reivindicações feitas durante o processo eleitoral, exigindo do novo governo as verdadeiras mudanças de que o povo necessita.

Estas disputas de projetos devem envolver toda a América Latina, como se verificou com as visitas realizadas após a eleição. O vice, Federico Franco, do PLRA, visitou o Brasil e se reuniu com Celso Amorim para discutir as barganhas ao não se reajustar o contrato de Itaipu. Lugo, por outro lado, visitou Evo, Correa e Chávez, onde firmou diversos compromissos e parcerias para desenvolver políticas públicas verdadeiramente emancipatórias ao povo paraguaio, com vistas ao acesso gratuito à educação e à saúde.

Assim, após a histórica vitória eleitoral, a classe trabalhadora paraguaia necessita de condições para alavancar a esperada mudança. Cabe ao

Brasil, que detém uma dívida eterna com esse povo, proveniente do massacre da Guerra do Paraguai, rever os contratos e pagar conforme o valor de mercado para possibilitar ao Presidente Lugo a implementação de políticas que atentem para as reivindicações mais sentidas daquele povo, para que de forma soberana, determine os rumos e avanços que o povo paraguaio necessite.

Entretanto, para os paraguaios, os próximos passos serão fortalecer as organizações, para que possa unir todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações. Neste sentido, vimos com satisfação a realização do I Congresso do P-MAS.

Diante das tarefas que se apresentam, a Esquerda Marxista está solidária com a classe trabalhadora paraguaia. Acompanhamos as eleições de 20 de abril, as atividades do 1º de maio, participamos da fundação do Núcleo de Trabalhadores Socialistas e estaremos na luta para ajudar o governo Lugo e a esquerda paraguaia a romper com a burguesia e rumar a um governo socialista que atenda as reivindicações de seu povo.

Portanto, os setores da Esquerda no Brasil, sob a perspectiva do internacionalismo revolucionário, devem combater os argumentos dos setores conservadores e dos nacionalistas pequeno-burgueses, inclusive de setores do governo e do PT, defendendo e nos solidarizando com o direito e anseios do povo paraguaio para que seja reajustado o contrato de Itaipu, permitindo que o povo paraguaio determine, soberanamente, como e de que forma aplicará os recursos vindos, deixando de exportar o nosso PAC e o financiamento do BNDES que não levará ao povo paraguaio, da mesma forma que não vem levando no Brasil, o desenvolvimento que realmente se necessita.

As conseqüências da política da direção do PT

Uma olhada rápida nas pesquisas eleitorais pode dar a impressão de que nestas eleições, outra vez, o fantasma da direita tenta ressuscitar. Mas não é tão simples assim. Há mais coisas acontecendo e o crescimento eleitoral do PCdoB, até este momento, deveria levar a sérias reflexões, esta gente que colocou o PT nesta situação. Este é o resultado direto do governo de coalizão com a burguesia e dos escândalos que a direção do PT e o governo têm provocado.

Em Belo Horizonte o candidato apoiado pelo PT local, por Aécio Neves (PSDB) e por Lula, tem um ponto a mais nas pesquisas que a candidata do PSTU, Vanessa Portugal. Mario Lacerda (PSB) é o fruto da traição de Fernando Pimentel, atual prefeito petista, num acordo que tem como objetivo viabilizar a candidatura presidencial de Aécio Neves, em 2010. Grande parte dos militantes do PT se recusou a acatar a decisão e está apoiando Jô Moraes do PCdoB que está na frente nas pesquisas. As pesquisas mostram, em todo lugar, o PT ressuscitando a direita ou entregando o lugar que ocupava para o PCdoB.

Na Bahia, ressuscita ACM Neto (DEM) e Ambassador (PSDB). O candidato do PT, Walter Pinheiro, dois anos depois da esplêndida vitória do PT para governador é um candidato nanico. Isto é fruto da desilusão das massas que viram suas esperanças frustradas e sua vitória confiscada pela aliança de Wagner e Gedel de Lima (PMDB).

No Rio de Janeiro, um bispo reacionário, Crivela, está na frente das pesquisas e a candidata do PCdoB, Jandira Fegalli, disputa já o 2º lugar com o candidato do governador do PMDB. A mesma coisa acontece em Porto Alegre, onde o PCdoB e o PT estão empatados em 2º lugar atrás do atual prefeito, José Fogaça.

Em Belém, o PT tem 8%, bem atrás do PTB e do DEM. Em Florianópolis, Espiridião Amin, do PP, tem 29% e Berger, do PSDB, tem 22%. O PCdoB é o 3º com 7%. O PT tem 3º, assim como PSOL.

Só em São Paulo, capital, o PT, está na frente com 41% para a coligação PT/PCdoB, Marta e Aldo Rebelo. E a explicação é fácil. O atual governo do estado é PSDB, e a prefeitura é DEM. Contra eles, o povo está votando na Coligação de Esquerda, sem grandes partidos capitalistas, constituída pelo PT e PCdoB!

O fato é que nos grandes centros há um movimento claro de sanção das massas contra a política direitista de Lula e a direção do PT assim como muita desilusão por tudo que se esperava e que não aconteceu. Mas também por muito que aconteceu, como mensalão e outras maracutaías vistas nos últimos anos.

Nos últimos anos, Lula se beneficiou de enormes injeções internacionais de dinheiro, criou uma enorme bolha de crédito, pessoal e empresarial, se beneficiou da alta internacional dos preços de matérias primas, entre elas, do petróleo. Agora tudo isso está sendo posto em cheque, como já se vê com a inflação e com a desaceleração da economia (que é o apelido capitalista para recessão, crise de superprodução e crise financeira). Os que ganham melhor ainda não sentiram muito no bolso, mas os mais pobres já viram o preço do pão ir para R\$5,80/kg, subir o azeite, o feijão, o trigo, o milho, tudo muito acima da inflação oficial. Esta inflação que soma TV de plasma com parafusos de cobre e o pão de cada dia não é a mesma daquele que gasta todo seu salário com comida, água, luz, transporte e remédios.

Começa a surgir um sentimento de desconforto naqueles que mais têm ilusão em

Lula. Ainda não é uma ruptura, mas é suficiente para fazer naufragar os candidatos do PT e trazer de volta, velhos e novos corruptos da direita. Mas também mostra um movimento do povo de ida à esquerda, que se expressa no crescimento das candidaturas do PCdoB.

O PCdoB está aparecendo como a “ala esquerda do governo”, e o povo acredita estar se deslocando para a esquerda ao apoiar estes candidatos. Afinal o PCdoB é “comunista”, é “o partido do socialismo” segundo seus panfletos. Não foi “manchado” pelo mensalão e outras maracutaías e também não é uma ruptura com Lula. Assim há um movimento de deslocamento popular para ampliar a pressão sobre o governo “pela esquerda”.

Mas, o PCdoB tem exatamente a mesma política da direção do PT e do governo. O PCdoB é o partido que está hoje debilitando a Petrobrás e privatizando todos os campos de petróleo descobertos. Mas uma coisa é o que sabemos nós, militantes. Outra coisa é o que sabe o povo e que relação estabelece com o que vê. Se o povo soubesse “da missa, a metade”, botava fogo na igreja!

Assim, o PCdoB hoje se beneficia diretamente da política entreguista e capituladora do governo Lula e da direção do PT. Se isto vai continuar, o tempo dirá em breve. Só em circunstâncias muito excepcionais o PCdoB poderia vir a ocupar o lugar que o PT ocupa junto à classe operária. Teria que fazer um giro real à esquerda e isto provocaria crises enormes dentro deste engendro estalinista reconvertido ao mercado. Ao mesmo tempo, qualquer movimento sério do PT para a esquerda tiraria a terra debaixo dos pés dos “socialistas de mercado” do PCdoB.

O problema é que a direitização crescente da direção do PT e do governo levam água ao moinho da desmoralização

de setores da classe e criam ilusões nos partidos tipo PCdoB, ou dissolvem a idéia de partido de classe e ressuscitam mortos capitalistas putrefatos.

Os marxistas têm a tarefa de reerguer no Brasil a bandeira do socialismo à altura do vento revolucionário que varre a América Latina e prepara um

novo e gigantesco maio de 68 em todo o mundo. A construção da Esquerda Marxista é a tarefa mais honrosa que um militante consciente tem nestas eleições, buscando o máximo de votos para os candidatos marxistas e da classe trabalhadora, como expressão do programa de luta revolucionária pelo socialismo.



Festa de lançamento da candidatura em Caieiras-SP

Vitorioso lançamento da Candidatura de Miranda em Caieiras

“Tá na hora de mudar!” Esse foi o grito bradado pelas mais de 500 pessoas que, apesar da chuva, participaram da Festa de Lançamento dos candidatos da coligação “Hora da Mudança”. Formada por PT e PCdoB, a coligação lançou o ex-metalúrgico e militante da Esquerda Marxista, José Carlos Miranda a prefeito e o professor Tá Doce, do PCdoB, a vice-prefeito, além da chapa de candidatos a vereadores.

Miranda, bastante aplaudido, frisou que a coligação não aceita dinheiro dos burgueses para a campanha. “Quem paga a banda, escolhe a música”, disse ele. “O nosso compromisso é com o povo trabalhador de Cai-

eiras e não com esses políticos que, juntos com os grandes empresários, exploram o povo e em época de eleição tentam comprar seu voto em troca de cesta básica. Nossa campanha é sustentada com a contribuição dos trabalhadores, por aqueles que aqui estão e que acreditam nas nossas propostas de mudança. E é justamente para esses que vamos governar a cidade, implantando o IPTU progressivo, a redução das tarifas de ônibus e o passe livre para todos os estudantes, o médico da família, vagas para que nenhuma criança fique fora da escola e creche para todos”, discursou o candidato a prefeito.

Juventude REVOLUÇÃO

Organização de Jovens da Esquerda Marxista



Esquerda Marxista e Juventude Revolução se unem numa só organização



Num momento em que toda a esquerda e os que se reivindicam do socialismo estão rachando e se dividindo, os revolucionários de fato se unem!

• COMO FOI O ACAMPAMENTO

Nos dias 18, 19 e 20 de Julho, 115 jovens vindos da Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná e Rio de Janeiro, além de dois convidados internacionais vindos da Espanha e Venezuela, realizaram o 11º Encontro Nacional da Juventude Revolução no Acampamento Nacional pela Revolução em um sítio de Ibiúna, interior de SP.

Do início ao fim o clima de grande entusiasmo embalou as discussões sobre diversas questões da luta de classes no Brasil e no mundo, bem como a organização da

juventude e as tarefas dos jovens revolucionários no atual período.

Na mesa de abertura, no início da tarde do dia 18, fizeram as saudações Juanjo Lopez (Secretário Geral do Sindicato de Estudantes da Espanha), Miranda (Coordenador Nacional do Movimento Negro Socialista), Caio Dezorzi (pelo Comitê Central da Esquerda Marxista) e Fabio Ramirez (pela Coordenação Nacional da JR).

Depois das saudações iniciais, foi exibido o filme comemorativo de 20 anos do Sindicato de Estudantes da Espanha e seguiu-se um debate com Juanjo que expli-

cou como se organizam os estudantes espanhóis em defesa da educação pública, laica e gratuita, sempre levantando a bandeira pelo socialismo.

Ainda na noite de Sexta, aproveitando a presença de Miranda, foi realizada uma reunião de apresentação do MNS (Movimento Negro Socialista) com a participação de mais de 30 jovens – alguns aderiram ao MNS no ato.

No dia 19, os trabalhos tiveram início com Leonardo Badell – jovem venezuelano que foi eleito dentro do PSUV como vocero do Batalhão número 13 “Alberto Lo-

vera” – que fez uma explanação sobre a revolução na Venezuela, os erros e acertos de Chávez, o importante papel da classe operária e a intervenção da CMR (Corrente Marxista Revolucionária) dentro do PSUV e na FRETECO (Frente de Trabalhadores em Empresas Ocupadas).

Depois do almoço, enquanto alguns se arriscavam na piscina sob o vento frio de Ibiúna, bancas com livros, camisetas e o novo gibi da JR, continuavam arrecadando o dinheiro para bancar a atividade.

Quando teve início a discussão sobre a situação

política no Brasil sob o Governo Lula, todos já estavam bem integrados e nos Grupos de Trabalho a discussão foi de elevadíssimo nível.

No Grupo sobre Juventude Trabalhadora, foram discutidas questões sobre a precarização do trabalho dos jovens, com destaque às novas empresas de Telemarketing que têm provido o primeiro emprego de muitos jovens, geralmente sem qualquer direito trabalhista. Foi discutida também a luta pela redução da jornada semanal de trabalho no Brasil. Juanjo trouxe o elemento de que há agora uma diretiva da União Europeia que busca



www.revolucao.org

Organize-se na Juventude Revolução! Participe!
contato@revolucao.org



Mesa do encontro com convidados internacionais

impor jornadas de mais de 60 horas semanais na Espanha e em outros países europeus. Mas o centro do debate se deu em torno da luta pela estatização da Flakô (fábrica ocupada de Sumaré – interior de São Paulo – sob controle operário desde 2003). Havia uma delegação de jovens trabalhadores da Flakô que explicou a situação difícil pela qual a fábrica está passando e a necessidade da JR continuar dando prioridade a este combate como o tem feito desde o início.

No Grupo sobre Movimento Estudantil Universitário, muitas experiências foram trocadas entre jovens do Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país e o debate começou a se concentrar em como combater a divisão do movimento estudantil, na luta contra o REUNI, PROUNI, Reforma Universitária e por vagas para todos na universidade

pública, contrariando a lógica de “reserva de vagas”. E daí deve resultar um projeto de tese para o CONEB da UNE (Conselho Nacional de Entidades de Base) marcado para o fim deste ano.

A presença de um estudante da FEUDUC, do Rio de Janeiro, que compartilhou a luta que estão travando por lá, levou o Encontro Nacional da JR a propor uma campanha pela Federalização da FEUDUC.

Já no Grupo sobre Movimento Estudantil Secundarista, a discussão girou em torno da formação de grêmios livres e da luta pelo Passe Livre Estudantil. Uma delegação de 4 jovens de Mirandiba – cidade do sertão de Pernambuco, próximo a Serra Talhada – relatou a dura batalha que travam os estudantes secundaristas todos os anos. Só há 3 escolas na cidade. Uma municipal e duas estaduais. As 3 ficam

no centro. Os estudantes que moram na zona rural precisam cruzar 13 ou 14 km para chegar às escolas. A prefeitura só fornece transporte para os estudantes da escola municipal. Os das escolas estaduais têm que se virar. Como se isso não bastasse, o transporte oferecido pela prefeitura são paus-de-arara (caminhões abertos com acentos de madeira). Quando chove não há transporte. E como se isso também ainda não bastasse, todo fim de ano o prefeito atrasa os salários e no início de cada ano, os motoristas fazem greve e só voltam a transportar os estudantes a partir de Abril. E isso depois dos estudantes que moram na zona urbana terem pressionado muito o prefeito em solidariedade aos estudantes da zona rural.

Essa situação trazida pelos jovens companheiros de Mirandiba, demonstra o quão grande e desigual é o Brasil. A realidade de Mirandiba é a mesma em inúmeras cidades do país. O Encontro Nacional da JR decidiu incorporar na luta nacional pelo Passe-Livre Estudantil, uma batalha nacional para ajudar os estudantes de Mirandiba a conquistar ônibus para transportá-los com dignidade até a escola.

A discussão sobre a situação política foi encerrada com a JR reafirmando suas posições pela ruptura do Governo Lula com a burguesia; contra os acordos Lula-Bush sobre o Etanol; contra o PAC e as privatizações; pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce; pela Estatização das Fábricas Ocupadas sob Controle Operário; contra a criminalização dos movimentos sociais; contra as drogas; pela retirada das tropas do Haiti.

Dentre a delegação vinda do Nordeste, havia um grupo chamado “Movimento Levante” de Campina Grande (Paraíba), que atua



Jovens acamparam literalmente no sítio em Ibiúna-SP

principalmente nas universidades. E estes companheiros trouxeram uma importante contribuição, não apenas sobre o movimento estudantil, mas também sobre a transposição do Rio São Francisco, que é um tema que atinge mais a região nordeste do Brasil e que a JR ainda não havia tomado posição. O ENJR definiu posição contrária à transposição do “Velho Chico” e somar esforços à

“A Revolução une os Revolucionários”

No último dia, Ramirez da CNJR, abriu o ponto previsto para discutir a proposta de fusão com a Esquerda Marxista, baseado-se num texto publicado em 1º de Maio no site da JR. A proposta havia sido feita pela EM ao 10º ENJR e por meses os jovens discutiram a questão para poder decidir nesse 11º



Grupo de Trabalho sobre Movimento Estudantil Secundarista luta para barrá-la.

Entretanto, os mesmos companheiros de Campina Grande, defenderam a posição pela legalização da maconha. Uma discussão se desenvolveu, o ENJR reafirmou sua posição contrária à legalização e propôs estabelecer um debate com troca de textos e visitas de camaradas da JR a Campina Grande para prosseguir a discussão com os companheiros.

Encontro Nacional.

Este foi o ponto em plenário em que um maior número de jovens se inscreveu para falar. É impressionante o avanço, o crescimento na discussão desde em que ela foi iniciada com os companheiros. Dos 115 jovens presentes, apenas um terço era de militantes da Esquerda Marxista e da JR simultaneamente. Alguns eram observadores – principalmente a



Painel com grafite pela retirada das Tropas do Haiti no Plenário



Grupo de discussão sobre Venezuela durante o intervalo

delegação vinda do nordeste. Mas a maioria era composta por militantes da JR, que não militam na Esquerda Marxista.

E todas as intervenções foram a favor da fusão com a Esquerda Marxista, reconhecendo que uma organização de jovens que se reivindica do socialismo, da revolução, mas não se coloca a questão de se organizar num partido, de se unir à classe operária, é na verdade uma organização centrada e que os jovens sozinhos, sem a classe operária, não podem ir longe. Esse problema estava fazendo a JR “patinar” por alguns anos... crescendo e diminuindo.

Várias intervenções ressaltaram que a Esquerda Marxista e a Juventude Revolução já atuam juntas, nas ações práticas, há muito tempo e que essa unificação, esse aprofundamento da ação comum trará benefícios aos dois lados, com a força da juventude à Esquerda Marxista e a experiência dos militantes mais velhos à Juventude Revolução.

Então, por unanimidade dos delegados e por unanimidade dos observadores (com algumas abstenções de observadores vindos do Nordeste), foi aprovada a fusão da JR com a Esquerda Marxista. Agora a JR passou a ser a “Organização de Jovens da Esquerda Marxista”.

Imediatamente os jo-

oportunistas e sectários.

E essa fusão se deu apenas duas semanas antes de ocorrer o Congresso Mundial da CMI (Corrente Marxista Internacional) em Barcelona, que aprovou a fusão com a Esquerda Marxista! Agora, a Esquerda Marxista é a seção brasileira da CMI. Mais uma demonstração do acerto da linha política em relação à revolução na Venezuela.

A compreensão mais ampla do que aconteceu neste Acampamento pela Revolução nós só adquiriremos com o tempo, mas já se faz evidente sua importância histórica para o futuro da luta de classes no Brasil.

Campanhas

Por fim, o Encontro decidiu levar adiante 4 campanhas nacionais:

- Tirem as Mãos da Venezuela: continuar a campanha internacional em solidariedade e apoio à revolução venezuelana, com debates e exibições do vídeo “No Volverán!”



Banca da JR vendendo camisetas e outros materiais para financiar a atividade

- Mãos Sujas de Sangue: continuar a campanha pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, agora com mais agitação, enchendo os muros e postes das grandes cidades com intervenções urbanas.

- A Amazônia é Nossa: campanha lançada no Acampamento, deve iniciar com elaboração de artigos sobre os planos do imperialismo para meter as mãos nas riquezas naturais da floresta e buscar organizar um encontro com jovens e trabalhado-

res de todos os países que abrigam a floresta amazônica em seu território.

- Passe Livre Estudantil: Retomar a construção de Comitês de Luta pelo Passe Livre e em defesa do Transporte Público.

Para cada uma dessas campanhas, a nova Coordenação Nacional da JR eleita, deverá produzir um gibi “Os Revoltados” como o que foi lançado no Acampamento, feito pelo camarada Evandro Colzani.



Plenário atento durante discussão sobre situação política nacional

A Juventude tem classe!

Texto em preparação ao 11º ENJR

Este texto pretende dar prosseguimento à discussão iniciada no 10º Encontro Nacional da JR, ocorrido em 3 de Fevereiro de 2008, em Joinville-Santa Catarina

No 10º ENJR fizemos uma boa discussão sobre a luta de classes no Brasil e no mundo. A partir dessa discussão, fizemos uma avaliação da atividade da JR nos últimos anos e sua relação com a classe trabalhadora brasileira. Nós, militantes da JR, temos estudado muito a teoria marxista no último período e isso nos tem feito refletir sobre nossa trajetória. Recebemos uma proposta da Esquerda Marxista para a fusão com a JR. Decidimos então fazer a discussão com os militantes da JR em todo o Brasil e organizar um novo Encontro Nacional da JR para Julho, onde devemos aprofundar essa discussão e tomar uma decisão sobre a questão.

A questão da independência e da autonomia da juventude

Desde seu surgimento, em 1989, a JR tem se colocado como uma organização de juventude independente. Para nós isso permanece muito atual e importante. Mas “independente” do que?

É certo que qualquer organização ou movimento

que se pretende revolucionário, ou seja, que pretende lutar pela revolução, para por fim ao capitalismo, deve ser independente da burguesia – a classe dominante, a classe dos capitalistas. Isso quer dizer que deve ser independente das empresas, corporações, bancos, etc. Também deve ser independente do Estado burguês. E também deve ser independente de qualquer instituição burguesa, ou que sirva aos interesses da burguesia (igrejas, ONGs, partidos, etc.). E o que significa ser independente da burguesia, seu Estado e suas instituições?

Significa não depender destes para poder desenvolver a atividade revolucionária. Isso coloca no centro a questão da independência financeira: “Quem paga a banda, escolhe a música!”

Em outras palavras, para termos liberdade para agir como quisermos, é preciso que tenhamos independência financeira, pois se dependermos do dinheiro ou de qualquer recurso material da burguesia, no momento de agir contra a burguesia, ela terá como nos impedir com muita facilidade. Por isso nunca aceitamos qualquer tipo de patrocínio. Nunca aceitamos e nem pedimos dinheiro ou qualquer recurso material, para empresas, para o Estado burguês ou para qualquer instituição da burguesia. E para nós isso permanece essencial.

Mas desde o surgimento

da JR, há um problema. Esse “independentismo” nos colocou a querer independência em relação a tudo e a todos. Entretanto, estudando a teoria marxista, compreendemos algo que já havíamos escrito em diversos textos nossos, mas que nunca havíamos dado a consequência adequada para isso: a juventude, sozinha, não pode fazer a revolução!

Sozinhos, podemos fazer um belo estrago, mas para derrubar a classe dominante, a burguesia proprietária dos grandes meios de produção, das grandes empresas e do latifúndio, é necessário que os trabalhadores explorados por essa burguesia, tomem esses meios de produção. E isso a juventude não pode fazer sozinha! Os trabalhadores que já não são jovens ocupam um papel central.

Isso significa que somos e devemos ser independentes frente à burguesia, a classe dominante, mas não somos e nem podemos ser independentes da classe trabalhadora. A juventude depende da classe trabalhadora para que a luta pela revolução – que garantirá um futuro para a juventude – possa ter êxito. E se a juventude depende da classe trabalhadora, uma organização revolucionária de jovens não pode e nem deve pretender ser independente dos trabalhadores. Como se o problema fosse de que a juventude deve ser independente dos “adultos”: isso é absurdo! O conflito não se dá entre interesses de jovens e interesses de não-jovens. Mas sim entre burgueses (jovens ou não) e trabalhadores (jovens ou não)!

Compreendendo isso, o 10º Encontro Nacional da JR decidiu mudar o logo da JR: agora, o punho cerrado e erguido segura um objeto que, por um lado é um lápis (referência aos estudantes) e por outro lado é uma chave



Grupo de Trabalho do Movimento Estudantil Universitário

inglesa (referência aos trabalhadores); e ao fundo a foice e o martelo fazem referência aos trabalhadores do campo e da cidade.

Mas não é só no logo que devemos expressar essa nossa compreensão. Desde que a JR surgiu, defendemos independência em relação a todos os partidos. Está correto mantermos independência frente aos partidos burgueses e pequeno-burgueses. Mas devemos também ser independentes em relação aos partidos operários? Às organizações da classe trabalhadora? Se somos dependentes da classe trabalhadora, por que devemos ser independentes de suas organizações?

Claro que há organizações e organizações. Há organizações que são operárias, formadas por trabalhadores, mas que jogam um papel de defender os interesses da burguesia e de trair os trabalhadores. Entretanto, há uma organização revolucionária “de adultos” que tem as posições praticamente idênticas

às nossas: é a Esquerda Marxista. E mais: os militantes da JR, em geral, quando ficam mais velhos entram na Esquerda Marxista.

Justamente 40 anos depois de Maio de 68, quando a juventude e a classe trabalhadora uniram forças para fazer o sistema capitalista estremecer pelos quatro cantos do mundo, agora em 2008, a proposta de fusão entre a JR e a Esquerda Marxista veio em hora oportuna e certamente poderá proporcionar um avanço enorme para a luta revolucionária no Brasil. A JR contribuirá enormemente com a Esquerda Marxista, levando a energia da juventude – como disse Lênin: a juventude é a chama da revolução! E a Esquerda Marxista trará a experiência e uma melhor elaboração teórica para a Juventude Revolução.

Trabalhadores e Jovens de todo o mundo, uni-vos!

São Paulo, 1º de Maio de 2008

Cordenação Nacional da JR



Plenário reunido, debatendo a revolução venezuelana



Nova Coordenação Nacional eleita